

ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA RECEITA ARRECADADA DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS 1984/1994, REFERENTES AO IPTU E TAXAS

NASCIMENTO, Marcelo Vieira (1); HOCHHEIM, Norberto (2)

(1) Geógrafo. Msc. Engenharia Civil.

Prefeitura Municipal de Florianópolis, Secretaria Municipal de Finanças.

Rua: Álvaro de Carvalho n. 165 - Florianópolis.

Fone: (048) 224 3200 ramal 33.

**(2) Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Tecnológico. Departamento de
Engenharia Civil. Caixa Postal 476 CEP. 88010-970 - Florianópolis -SC.**

Fone: (048) 231 - 9420. Fax (048) 231 - 0770. E-mail: hochheim @ ecv.ufsc.br

ABSTRAT

The present research has as its main purpose to analyse the evolution of the income collected at the municipal district of Florianópolis, between 1984 and 1994, referring to the urban territorial and building tax and to the tariffs related to this tribute, trying to make ehe technical, administrative and political reasons of that evolution evident, based on the Municipal District Tribute Code.

Palavras Chaves: Receita Arrecadada, IPTU e Taxas Correlatas, Código Tributário.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo realizar uma análise da evolução da receita arrecadada do município de Florianópolis, entre os anos de 1984 e 1994, referentes a o Imposto Territorial e Predial Urbano - IPTU e as Taxas correlatas a este imposto. Procurando evidenciar as razões de ordem técnica e administrativa e política desta evolução seja positiva ou negativa, tendo como base legal o Código Tributário Municipal.

1. INTRODUÇÃO

A evolução da receita arrecadada em um município, referente ao IPTU e Taxas correlatas, pode ser analisada tendo como parâmetro os seguintes aspectos:

* Aumento da quantidade de imóveis cadastrados, através de uma política de cadastramento imobiliário ou pela aprovação de loteamentos, desmembramentos e de projetos residenciais, comerciais, industriais, etc.;

* Aumento da quantidade de imóveis cadastrados, através de uma política de recadastramento imobiliário, procurando corrigir os erros verificados, ou mesmo as omissões ocorridas quando da realização do item anterior;

* Mudanças no Código Tributário Municipal, no que se refere:

- À Planta de Valores Territorial e Predial, modificando os valores venais;
- À alíquotas para Imóveis Territoriais e Prediais;
- Aos coeficientes de valorização e/ou desvalorização do imóvel, tendo como base os fatores de correção;
- À tabela de componentes da edificação;
- Às alíquotas para o cálculo das Taxas (Serviços Urbanos, Coleta de Resíduos Sólidos, Taxa de Iluminação Pública e Taxa de Expediente).
- Etc.

* Em períodos com inflação alta, com aplicação de índices de correção mensal e anual;

* Inadimplência tributária por parte de contribuintes municipais;

* Falta de aplicação de Justiça Fiscal e Equidade Tributária.

2. ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA RECEITA ARRECADADA DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS 1984/1994, REFERENTES AO IPTU E TAXAS.

Para a análise da evolução da receita arrecadada do município de Florianópolis no período de 1984/1994, inflacionou-se os valores históricos dos balanços anuais, tendo como base o IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas, com índice médio para o ano de 1994 (Base 100 - Agosto/1994), com estes dados elaborou-se as seguintes tabelas:

1. Evolução da Receita Arrecadada no Município de Florianópolis (1984/1994) e Participação Relativa em relação ao Total Arrecadado (R\$).

2. Evolução da Receita Arrecadada no Município de Florianópolis do IPTU e Taxas correlatas (1984/1994) - Participação Relativa em Relação ao Valor Total do IPTU + Total de Taxas (R\$).

As mesmas tabelas apresentam as médias dos períodos de 1984/1988 anterior a Constituição Federal de 1988 e de 1989/1994 e posterior a Constituição Federal, tornando-se assim possível a realização das análises anterior e posterior às alterações tributárias ocorridas em função da nova Constituição.

2.1 IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO - IPTU

O valor do IPTU (Valor do Imposto Territorial + Valor do Imposto Predial), no período analisado, sofreu um aumento na participação da receita arrecadada, com um acréscimo real de 62,35% sobre a média arrecadada do referido imposto neste período.

O mesmo teve uma participação relativa de 5,63% no total das receitas arrecadadas no período 1984/88, saltando para 11,82% no período 1989/94, tendo como média de participação 9,54% das receitas totais do período estudado.

Os balanços históricos de 1984 a 1989 não apresentam um detalhamento de arrecadação do Imposto Predial e Imposto Territorial separados; somente a partir de 1990 isto ocorre. O que se nota é que o Imposto Predial sempre esteve acima do Imposto Territorial em arrecadação, cuja diferença média entre um e outro verificada no período de 1990 e 1994 ficou em 2,61%, sendo que a maior diferença ocorreu em 1990 com 3,79%.

De acordo com ZIMMERMANN (1993), as causas da evolução do IPTU, aparecem num primeiro momento através da indexação mensal do tributo, o que ameniza as consequências inflacionárias no período quando o tributo, que é cobrado em 12 (doze) parcelas mensais, mantinha valores nominais perdendo seu valor no decorrer do ano, o que se alterou em 1989.

Segundo o mesmo autor, a seguir, Florianópolis alterou drasticamente sua Legislação Tributária, o que passa a ser o principal fator da evolução da receita deste tributo. Aproveitando-se da abertura, possibilitada pela nova Carta, para que os impostos pudessem ser progressivos, o Município criou um sistema de progressividade das alíquotas do IPTU, de tal forma que as propriedades mais valorizadas passaram a contribuir com cotas relativas superiores, o que isoladamente poderia permitir uma participação mínima dos moradores de áreas carentes.

Esta mudança na legislação tributária no geral criou impacto significativo, pois acompanhada de uma série de outras alterações na legislação, provocou um aumento real da arrecadação de 287,4% do IPTU no ano de 1990 sobre 1989.

Tabela n. 01

EVOLUÇÃO DA RECEITA ARRECADADA NO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS DO IPTU E TAXAS CORRELATAS 1984/1994 (R\$)

Especificação	1984		1985		1986		1987		1988		1989		1990		1991		1992		1993		1994		Média 1984/1994		Média Geral 1984/1994	
	Valores	%	Valores	%	Valores	%	Valores	%	Valores	%	Valores	%	Valores	%	Valores	%	Valores	%	Valores	%	Valores	%	Valores	%	Valores	%
IPTU	1.919.000,00	52,48	1.700.361,48	54,89	2.198.893,32	44,88	1.798.868,81	48,15	2.100.428,86	47,89	1.834.577,70	48,71	2.228.507,47	51,22	2.637.186,48	53,77	2.332.835,18	50,13	2.434.636,48	49,44	3.074.807,48	50,20	4.872.090,88	44,86	3.117.102,11	46,72
Produt	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Territoriu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor Total das Taxas	1.740.728,06	47,84	1.468.843,89	48,31	2.709.843,12	56,26	1.898.127,27	54,86	2.996.828,14	62,31	1.770.686,23	51,26	2.228.507,47	51,22	2.637.186,48	53,77	2.332.835,18	50,13	2.434.636,48	49,44	3.074.807,48	50,20	4.872.090,88	44,86	3.117.102,11	46,72
Cobrança de Contribuição Urbana	1.922.409,84	57,43	1.900.824,17	59,89	1.793.214,79	39,43	1.117.092,69	29,13	749.267,01	29,26	1.133.652,04	34,26	1.777.728,18	44,14	2.434.636,48	53,77	2.332.835,18	50,13	2.434.636,48	53,77	2.332.835,18	50,13	2.434.636,48	53,77	2.332.835,18	50,13
Impostos	29.448,27	0,81	29.704,26	1,15	41.898,68	1,12	27.748,84	1,21	21.294,62	1,12	33.539,64	1,00	714.263,19	9,84	1.616.814,63	10,08	1.417.029,77	9,82	710.878,88	9,20	729.271,77	7,81	844.145,84	7,78	438.048,23	6,40
Serviços Urbanos	273.119,83	7,48	222.867,61	10,03	460.513,80	9,40	213.028,81	8,80	131.153,01	8,80	294.532,86	8,26	1.075.714,43	9,90	2.613.022,81	13,62	1.481.273,31	10,44	882.277,26	11,42	647.651,89	9,26	1.084.086,74	10,10	863.783,18	9,74
Luminação Pública	414.749,79	11,33	8.250,84	0,26	433.248,01	9,06	329.264,83	10,02	298.996,10	9,06	264.298,08	7,68	799.131,48	18,11	478.608,90	3,90	879.310,48	5,47	2.477.106,63	17,70	801.278,02	7,78	3.748.318,89	36,94	1.487.081,88	13,82
TOTAL (IPTU + Taxas)	3.660.314,73	100,00	3.219.864,35	100,00	4.898.636,48	100,00	3.927.066,68	100,00	4.898.636,48	100,00	3.864.186,94	100,00	4.357.014,94	100,00	5.275.682,96	100,00	4.814.664,35	100,00	4.869.272,96	100,00	5.103.605,96	100,00	10.804.181,76	100,00	6.014.781,88	100,00

Fonte dos Dados: Bureau Secretaria de Finanças do Município de Florianópolis - Biscoitos Anuais (1984/1994)

Elaborado: Pico Autor

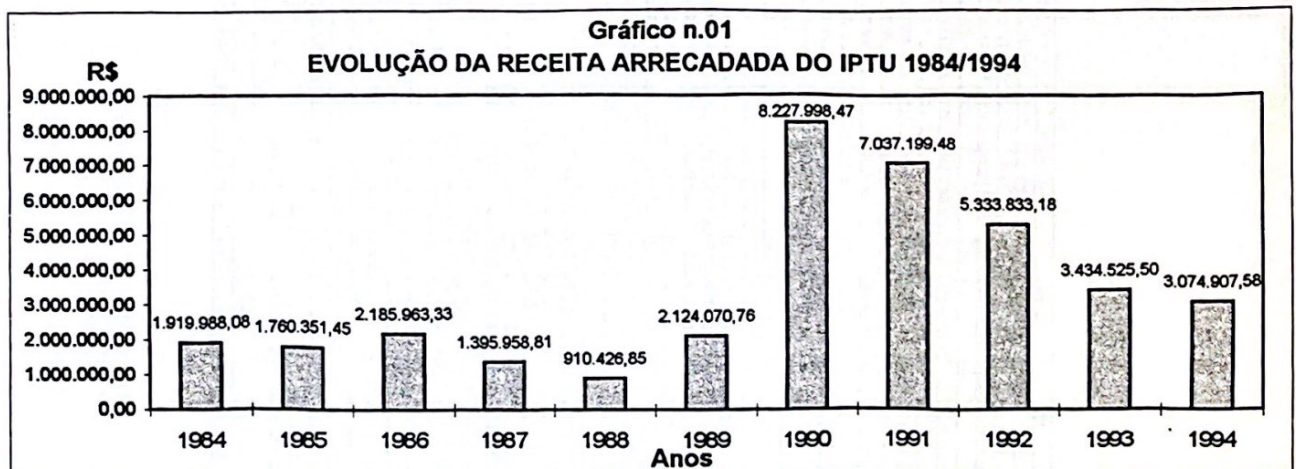
Índice Médio (IPD-DI) de Fundação Getúlio Vargas (Base 100 - Agosto/94)

Tabela n. 02
EVOLUÇÃO DA RECEITA ARRECADADA NO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS 1984/1994 (R\$)
PARTICIPAÇÃO RELATIVA

PARTICIPAÇÃO RELATIVA																														
Especi­ficacão	1984		1985		1986		1987		1988		1989		1990		1991		1992		1993		1994		Média 1984/1994							
	%	Valores	%	Valores	%	Valores	%	Valores	%	Valores	%	Valores	%	Valores	%	Valores	%	Valores	%	Valores	%	Valores	%	Valores						
RECEITAS CORRENTES	13,896	411.03	65,34	21.828	899,87	87,10	21.881	709,31	85,68	26.043	592,21	80,92	28.074	558,11	87,86	41.189	712,92	89,65	44.003	848,11	88,01	45.201	658,14	88,96	49.024	729,44	88,20	30.103	831,51	92,09
RECEITAS TRIBUTARIAS	8,920	500,15	32,55	1.428	632,97	29,44	10.818	165,63	35,11	8.493	233,46	29,21	15.864	632,92	51,86	25.315	165,95	61,29	25.786	218,97	56,80	19.551	999,33	42,80	21.348	1.020,90	51,41	14.207	640,39	43,40
IMPOSTOS	4.827	262,95	22,68	5.538	1.020,08	22,92	7.289	221,02	19,18	5.975	559,87	17,50	7.559	1.333,19	27,22	6.543	1.315,10	21,52	11.835	368,41	39,33	15.817	603,55	49,43	15.708	371,80	33,26	9.453	693,65	26,92
IMPU. TERC.	1.819	968,98	9,92	1.789	381,46	7,00	2.186	863,93	8,86	1.366	868,91	4,08	810	438,86	3,29	1.634	457,70	6,83	2.374	679,78	7,19	2.897	899,47	19,81	7.037	1.198,48	16,84	8.353	833,19	8,45
Finanças	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Taxas	2.008	693,11	9,93	1.810	132,30	7,20	3.141	289,25	8,45	1.920	1.797,10	8,45	1.920	1.797,10	8,45	1.920	1.797,10	8,45	1.920	1.797,10	8,45	1.920	1.797,10	8,45	1.920	1.797,10	8,45	1.920	1.797,10	8,45
TAXAS PODER DE POLÍCIA	178	172,61	1,92	212	202,12	0,86	236	108,50	0,74	173	843,38	0,63	1.045	538,10	2,71	3.076	89,29	1,30	1.627	819,87	8,87	1.627	819,87	8,87	1.627	819,87	8,87	1.627	819,87	8,87
TAXAS PREST. SERVIÇOS	1.878	857,90	8,81	1.687	292,12	6,23	2.806	1.886,70	7,81	1.781	863,72	6,22	2.806	1.886,70	7,81	1.781	863,72	6,22	2.806	1.886,70	7,81	1.781	863,72	6,22	2.806	1.886,70	7,81	1.781	863,72	6,22
Colêta de Resíduos Sólidos	1.022	609,66	4,80	1.090	211,47	4,34	1.783	1.718,49	4,86	1.317	1.052,88	3,77	748	267,91	2,70	1.152	303,10	3,87	1.647	298,97	5,29	1.712	1.288,70	15,28	1.712	1.288,70	15,28	1.712	1.288,70	15,28
Estatuto	29	648,97	0,14	38	204,28	0,14	42	888,08	0,14	21	304,92	0,11	21	304,92	0,11	21	304,92	0,11	21	304,92	0,11	21	304,92	0,11	21	304,92	0,11	21	304,92	0,11
Serviços Urbanos	273	618,93	1,29	322	887,81	1,26	460	613,88	1,26	213	1.039,81	0,83	131	1.833,01	0,67	260	1.624,64	0,87	264	823,68	0,96	1.071	1.144,53	2,80	2.013	2.029,91	4,46	1.681	273,91	3,26
Manutenção Pólios	414	748,19	1,88	8.250	84,00	0,63	423	348,01	1,16	258	258,63	0,91	789	331,48	1,16	879	210,90	1,16	879	210,90	1,16	879	210,90	1,16	879	210,90	1,16	879	210,90	1,16
OUTRAS	136	511,75	0,63	109	219,24	0,44	185	645,61	0,53	87	715,84	0,25	145	837,19	0,58	50	207,16	0,17	87	854,19	0,61	20	728,40	0,07	119	397,32	0,28	113	84,26	0,35
CONTRIBUIÇÃO DE MELIORES	8.618	18	0,04	7.798	59	0,03	172	270	0,02	0,00	0,00	0,00	7.899	48	0,00	189	825,29	0,46	26	260,97	0,00	13	137,65	0,00	365	853,29	0,80	221	911,51	0,68
RECEITA PATRIMONIAL	119	527,43	0,56	331	67,92	0,17	172	153,00	0,47	528	854,58	1,55	616	686,16	2,22	382	263,68	1,26	838	608,51	2,83	2.557	811,15	1,45	2.557	811,15	5,63	1.617	187,71	2,42
TRANSFERÊNCIAS DA UNIAO	3.378	586,16	15,87	8.898	240,70	39,23	15.501	725,51	42,20	6.558	838,82	22,71	7.889	817,42	28,41	9.218	167,10	31,77	9.530	721,98	18,03	7.145	285,54	15,78	6.789	890,11	15,08	6.803	847,84	19,32
F.P.M.	2.759	206,11	12,96	4.534	145,17	19,21	6.215	932,62	16,92	4.811	1.013,93	16,47	4.465	104,46	15,81	4.593	196,46	15,81	4.033	863,94	15,66	6.728	452,48	15,28	6.307	898,48	13,84	6.301	622,61	14,01
I.R.R.F.	6.582	0,30	33	119,97	1,55	265	800,37	0,72	372	818,06	1,09	130	181,65	0,47	244	189,11	0,84	290	344,47	0,81	63	970,31	0,14	341	565,75	0,76	358	621,48	0,81	
I.T.R.	16.388	1,07	13	111,17	0,05	1.461	864,46	3,68	18.508	2,02	4.463	6,18	242	103,13	0,81	119	15,02	0,45	810,11	0,00	810,11	0,00	810,11	0,00	810,11	0,00	810,11	0,00	810,11	0,00
I.U.L.C.	84	83,13	0,45	37	548,33	0,39	327	508,32	0,48	219	713,11	0,87	219	713,11	0,87	219	713,11	0,87	219	713,11	0,87	219	713,11	0,87	219	713,11	0,87	219	713,11	0,87
T.R.U.	71.000	0,31	96	117,23	0,05	1.503	507,38	4,68	1.759	505,30	5,15	1.021	88,16	2,83	850	168,16	0,74	32	878,37	0,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS	314	649,48	1,76	4.718	144,82	18,76	5.728	726,76	15,50	2.087	611,28	6,12	2.210	264,19	7,86	3.023	897,45	10,42	500	145,18	1,89	786	788,29	1,80	724	1.033,11	0,61	622	703,03	0,84
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIO	2.705	626,63	12,70	3.329	604,09	13,23	3.568	519,43	9,48	3.365	254,24	8,86	3.005	819,10	10,83	3.182	623,10	11,00	3.893	1.111,15	13,68	5.293	893,28	12,81	6.486	198,16	16,24	7.022	719,58	15,72
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	278	337,75	1,36	911	660,81	3,62	1.897	845,21	5,17	5.895	646,22	15,80	2.227	460,43	6,80	2.241	854,10	7,73	2.068	718,78	6,86	1.810	1.472,14	4,38	2.117	930,22	4,68	3.812	871,54	8,03
RECEITAS DE CAPITAL	7.786	433,44	34,90	3.219	150,14	12,90	5.185	419,63	14,12	7.488	950,33	21,84	4.218	585,73	15,41	608	888,40	2,05	143	490,00	0,35	1.152	228,42	2,55	132	819,27	2,55	132	819,27	2,55
TOTAL	21.284	848,70	100,00	26.164	248,71	100,00	38.734	102,86	100,00	27.766	266,64	100,00	27.766	266,64	100,00	27.766	266,64	100,00	27.766	266,64	100,00	27.766	266,64	100,00	27.766	266,64	100,00	27.766	266,64	100,00
Fonte: Diretoria Brasileira de Estatística e Contabilidade - Estatísticas Financeiras (1984/1994)																														

Índice Médio IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas (Base 100 - Agosto/94)

No Gráfico n.01 fica evidente que as receitas arrecadadas do IPTU, anteriormente a Constituição Federal de 1988, tinham pequena representatividade sobre o total.



Fonte: Secretaria de Finanças do Município de Florianópolis - Balanços Anuais (1984/1994)
Índice Médio IGP-DI - Fundação Getúlio Vargas (Base 100 - Agosto/94).
Elaborado: Pelo autor

Uma outra causa que ainda pode ser apontada para a evolução do IPTU em Florianópolis é o aumento na quantidade de imóveis cadastrados. Em 1984 existiam 97.560 imóveis e em 1994, 141.325 imóveis, representando um acréscimo real na ordem de 44,86%.

Apesar deste acréscimo no número de imóveis cadastrados, em 1990 este imposto atinge o maior índice de contribuição, 19,91% sobre o total arrecadado. A partir deste período, inicia-se um queda drástica na participação, atingindo em 1994 o menor índice da década 6,80%, o índice médio da década foi de 9,54% sobre o total arrecadado, inferior inclusive aos anos de 1984 e 1985, conforme a Tabela 02.

Este decréscimo pode ser explicado em função da aplicação de índices inflacionários diferentes para cada ano fiscal e tendo como base o menor valor verificado dos mesmos no período.

Um outro fator deste decréscimo, é o índice de inadimplência no pagamento do IPTU verificado nos últimos 5 anos, tendo como média 38% dos imóveis cadastrados. Esta inadimplência pode ser explicada em função de dois fatores básicos:

01. Pela simples falta de pagamento dos tributos municipais, pelo contribuinte;
02. Pela inconsistência do atual banco de dados do cadastro imobiliário/fiscal do município de Florianópolis, no que diz respeito as informações sobre o endereço do imóvel cadastrado, e/ou endereço para entrega do carnê do IPTU e/ou nome do contribuinte, impossibilitando, desta maneira, o recebimento e, em consequência, o pagamento do mesmo.

Com relação a evolução da participação do IPTU referente ao valor total do IPTU + Taxas correlatas, de acordo com a Tabela 02, podemos observar que houve uma participação em média com 45,73% do arrecadado no período, tendo seu maior valor em 1985 com 54,69%. A partir de 1991 a participação do mesmo é menor que o total do valor das taxas.

2.2 TAXAS CORRELATAS

Taxa é o tributo que tem como fato gerador o exercício regular, pelo município, de seu poder de polícia, ou a utilização efetiva, ou potencial de serviço público municipal específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto a sua disposição, sendo que nenhuma das taxas poderá ter sua base tributária ou fato gerador idêntico aos que correspondem a qualquer imposto integrante do Sistema Tributário Nacional.

Integram Sistema Tributário Municipal de Florianópolis as seguintes taxas que são cobradas junto ao Carnê do IPTU:

- I - Taxa de Serviços Urbanos;
- II - Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos;
- III - Taxa de Expediente;
- III - Taxa de Iluminação Pública.

2.2.1 Taxas de Prestação de Serviços

A Taxa de Prestação de Serviços, corresponde a somatória das receitas arrecadadas com as Taxas de Coleta de Resíduos sólidos, Expediente, Serviços Públicos e Iluminação Pública.

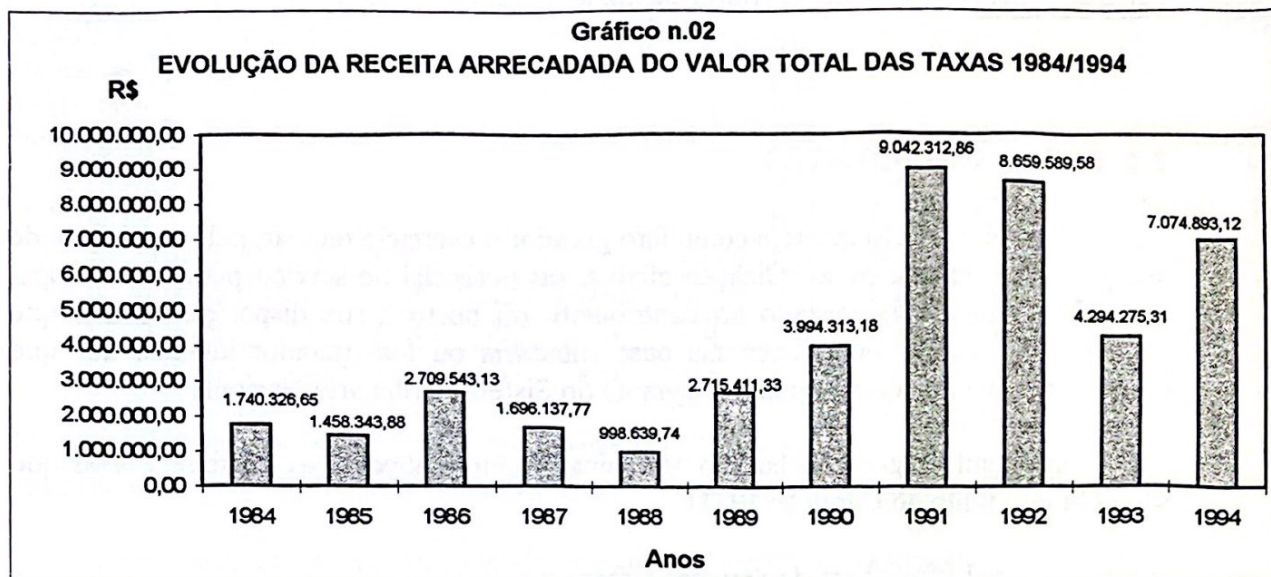
O valor arrecadado do somatório desta taxas em termos relativos representou 11,64% do total arrecadado, para o período estudado.

Entre 1984 e 1988 este valor correspondeu a 6,39% e após a Constituição Federal de 1988 este valor em termos de média correspondeu a 14,72%, com um crescimento real de 130,4 %.

Somente nos anos de 1984, 1985 e 1990 as mesmas ficaram abaixo do valor do IPTU arrecadado; nos demais anos o valor total destas taxas sempre esteve acima do valor do IPTU, representado um valor real de 22% em relação ao IPTU.

A maior diferença encontrada foi no ano de 1994, onde o IPTU teve uma participação de 8,41% e as taxas 15,72% em relação ao total arrecadado, ou seja, 86,92% em relação ao IPTU do período, o índice médio da década foi de 11,64% sobre o total arrecadado, conforme a Tabela 02.

O Gráfico n.02 mostra a evolução da receitas das taxas de prestação de serviços no período estudado, ficando evidenciado que a partir de 1991 a mesmas sofrem um significativo aumento, principalmente em decorrência das mudanças verificadas no Código Tributário Municipal.



Fonte: Secretaria de Finanças do Município de Florianópolis - Balanços Anuais (1984/1994)
Índice Médio IGP-DI - fundação Getúlio Vargas (Base 100 - Agosto/94).

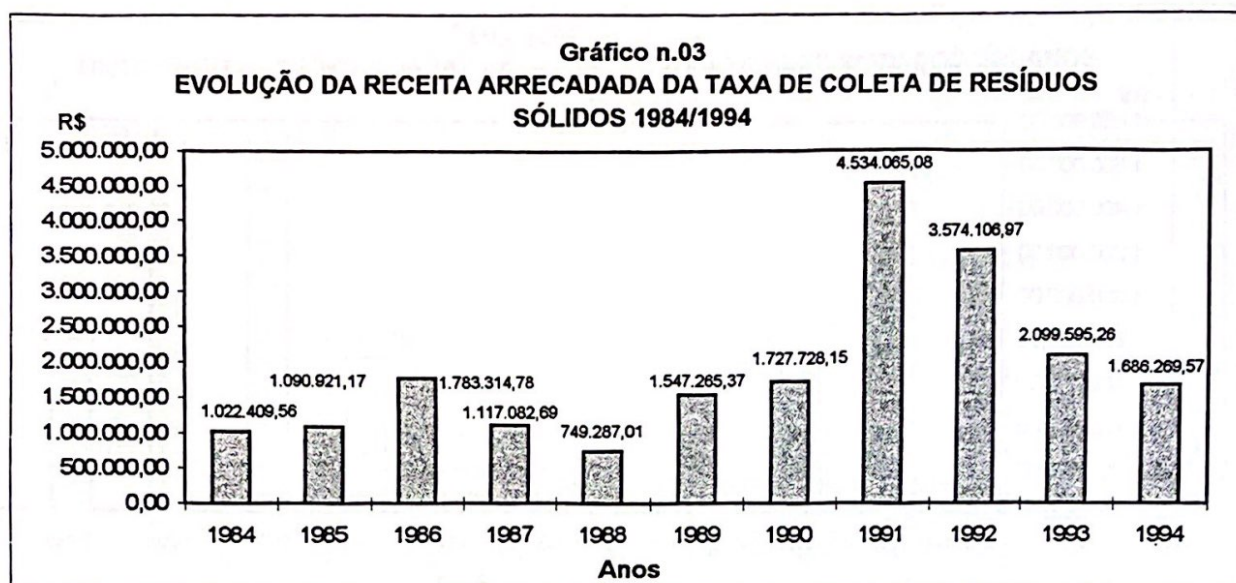
Elaborado : Pelo autor

Em termos de participação do Valor Total das Taxas em relação ao [Valor Total do IPTU + Taxas Correlatas], o mesmo teve uma participação média no período estudado de 54,27% do total arrecadado, conforme a Tabela 02 .

2.2.2 Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos

A taxa de Coleta de Resíduos Sólidos, é a que possui maior representatividade entre as taxas de prestação de serviços. Sua participação na média geral é de 5,34% do total arrecadado.

Sua maior participação ocorreu em 1991, com 10,02% do total arrecadado, em decorrência da mudança das alíquotas determinada de acordo com a tabela "Frequencial de Coleta", contida no atual Código Tributário Municipal.



Fonte: Secretaria de Finanças do Município de Florianópolis - Balanços Anuais (1984/1994)

Índice Médio IGP-DI - fundação Getúlio Vargas (Base 100 - Agosto/94).

Elaborado : Pelo autor

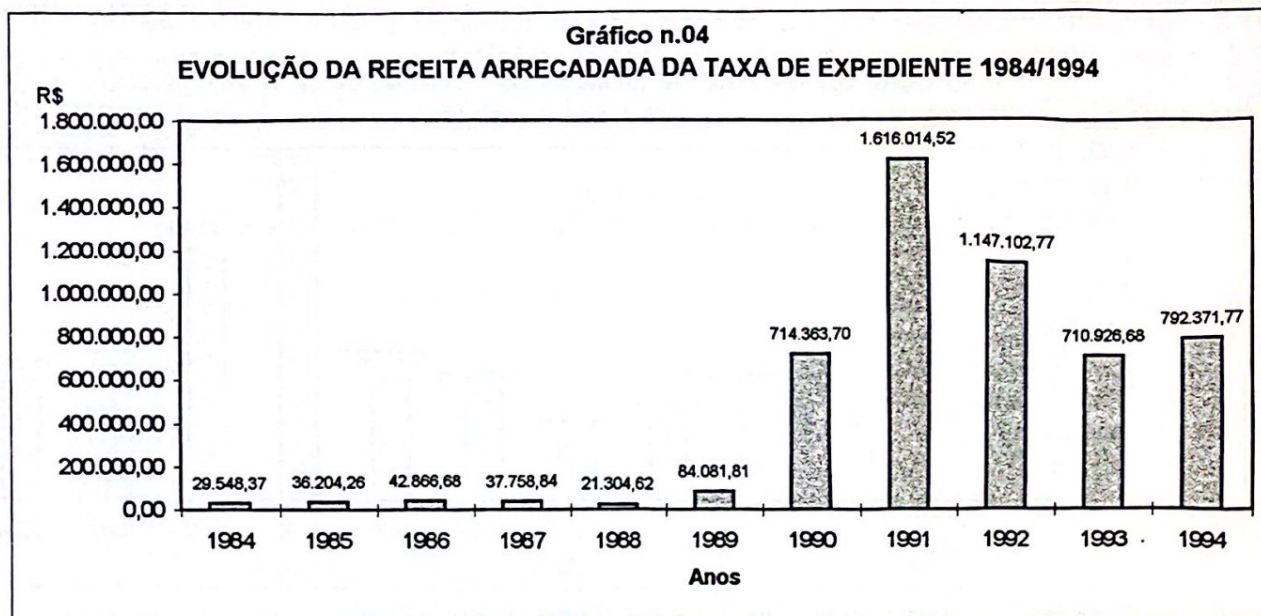
A partir de 1992 a taxa de Coleta de Resíduos Sólidos tem uma queda na sua arrecadação provocada pelas mesmas razões já descritas na análise do IPTU.

Em Relação a participação desta taxa no [Valor Total do IPTU + Taxas], verifica-se maior índice de participação , com uma media de 25,59% do arrecadado no período estudado.

2.2.3 Taxa de Expediente

Representa em termos percentuais, a menor contribuição média no período estudado , isto é, 1,33% do total arrecadado. Entre 1984/1988 ficou na casa de 0,12% , contra 2,05% entre 1988/1994, totalizando um aumento real de 1.608,33%.

O Gráfico n 04. mostra que anteriormente a Constituição de 1988 esta taxa tinha pouca representatividade, ficando sua arrecadação média abaixo dos R\$ 200.000,00. A partir de 1990, com as modificações ocorridas no Código Tributário Municipal, esta taxa apresenta um aumento significativo de arrecadação.



Fonte: Secretaria de Finanças do Município de Florianópolis - Balanços Anuais (1984/1994)

Índice Médio IGP-DI - fundação Getúlio Vargas (Base 100 - Agosto/94).

Elaborado : Pelo autor

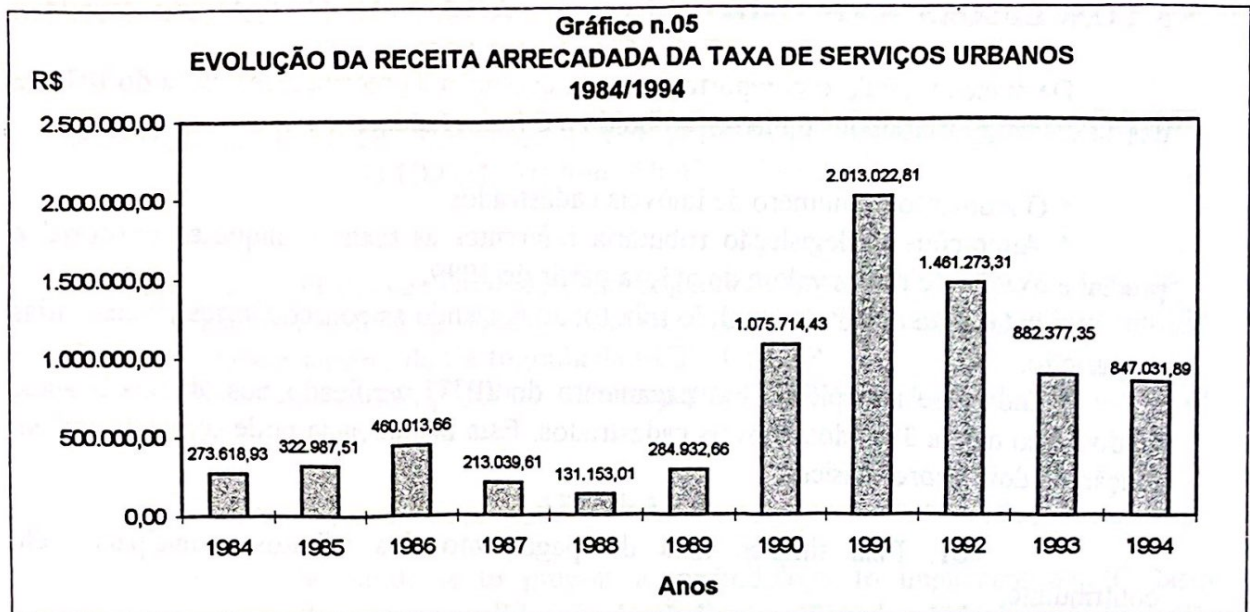
A partir de 1992 a taxa de expediente tem uma queda na sua arrecadação provocada pelas mesmas razões já descritas na análise do IPTU.

Em relação a sua participação no [Valor Total do IPTU + Taxas], observa-se uma participação média de 6,40% do total arrecadado, tendo uma elevação bastante acentuada a partir de 1989 com 5,84%, com um aumento de 335,63%. Tabela 02

2.2.4 Taxa de Serviços Urbanos

A Taxa de Serviços Urbanos representa 2,03% de média do total arrecadado do período em estudo. Entre 1984/1988 representou 0,97% e entre 1989/1994 representou 2,66%, o que significou um aumento real de 174,23%.

A Taxa de Serviços Urbanos, sofre uma evolução da sua arrecadação a partir de 1991, em função das mudanças ocorridas no atual Código Tributário, evidenciada no Gráfico n.05. De 1984 a 1985 mesma tinha uma arrecadação bastante insignificante. Já em 1991 o valor ultrapassa a casa dos R\$ 2.000.000,00, e, após este ano, entra em declínio, provocado pelas razões já apontadas quando da análise do IPTU.



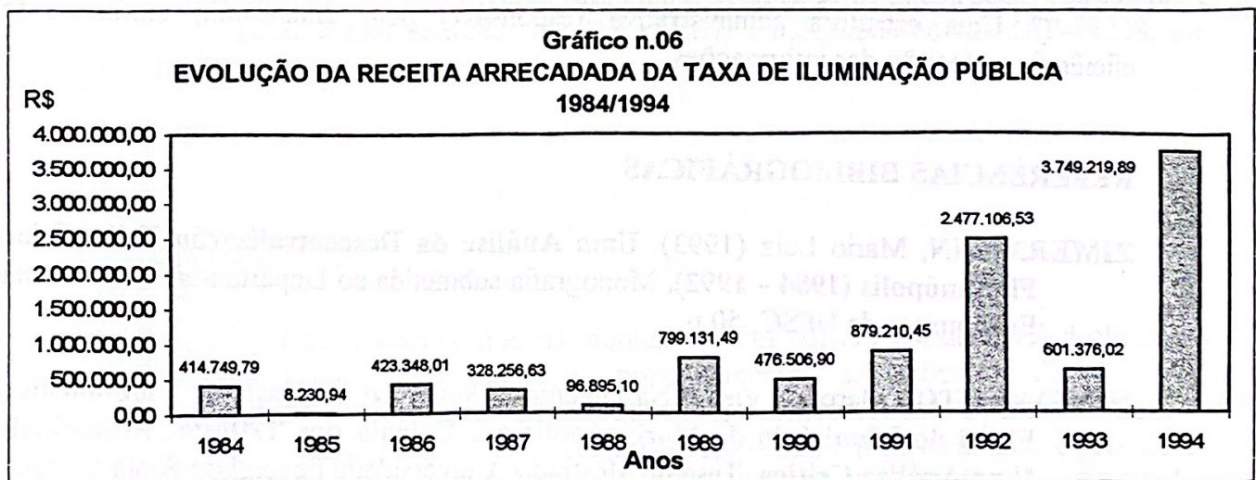
Fonte: Secretaria de Finanças do Município de Florianópolis - Balanços Anuais (1984/1994)
Índice Médio IGP-DI - fundação Getúlio Vargas (Base 100 - Agosto/94).

Elaborado : Pelo autor

Quanto a sua participação no [Valor Total do IPTU + Taxas], a mesma correspondeu a uma média de 9,74% do total arrecadado, conforme a Tabela 02.

2.2.5 Taxa de Iluminação Pública

A Taxa de iluminação Pública, na média geral, representou 2,61 % do total arrecadado. No período entre 1984/1988 a mesma representou 0,88% deste total, contra 3,63% no período entre 1989/1994, significando um aumento real na ordem de 312,50%, sendo os valores absolutos evidenciados no Gráfico n. 06.



Fonte: Secretaria de Finanças do Município de Florianópolis - Balanços Anuais (1984/1994)
Índice Médio IGP-DI - fundação Getúlio Vargas (Base 100 - Agosto/94).

Elaborado : Pelo autor

3 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

De maneira geral, o comportamento da evolução da receita arrecadada do IPTU e das Taxas em Florianópolis pode ser atribuído a 6 (seis) Fatores:

- * O Aumento do numero de imóveis cadastrados.
- * Alterações da legislação tributária referentes as taxas e alíquotas territorial e predial e fixação de novos valore de m², a partir de 1989.
- * Indexação anual e mensal do tributo, amenizando as conseqüências inflacionarias no período.
- * Índice de inadimplência no pagamento do IPTU verificado nos últimos 5 anos, tendo como média 38% dos imóveis cadastrados. Esta inadimplência pode ser explicada em função de dois fatores básicos:

01. Pela simples falta do pagamento dos tributos municipais, pelo contribuinte;

02. Pela inconsistência do atual banco de dados do cadastro imobiliário e fiscal, no que diz respeito as informações sobre o endereço do imóvel cadastrado e/ou endereço para entrega do carnê do IPTU e/ou nome do contribuinte, impossibilitando desta maneira o recebimento e em conseqüência, o não pagamento do mesmo.

* A existência, dentro da PMF, uma política série voltada para o aumento quantitativo e qualitativo da receita arrecadada do IPTU e Taxas baseada em;

* Um Código Tributário Municipal moderno e eficaz que busque a equidade fiscal e justiça tributária.

* Um sistema de informações cadastrais imobiliárias, fiscais e cartográfico que reflita a realidade municipal, baseado em técnicas de geoprocessamento.

* Uma estrutura administrativa responsável pelo dinamismo, uniformidade, eficiência e precisão das informações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ZIMERMANN, Mário Luiz (1993). Uma Análise da Descentralização Tributária - Florianópolis (1984 - 1992). Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas da UFSC. 50 p.

NASCIMENTO, Marcelo Vieira Nascimento (1996). Os Cadastros Imobiliários e Fiscal do Município de Florianópolis e o Cálculo dos Tributos Municipais: Uma Análise Crítica. Tese de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina. 321 p.